



MUNICÍPIO DE BARRA DE GUABIRABA, ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO MUNICIPAL Nº 004 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026

“Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos relativos ao recebimento, à execução, ao controle, à transparência e à prestação de contas das emendas parlamentares individuais de execução impositiva recebidas pelo Município de Barra de Guabiraba, inclusive as recebidas na modalidade de transferência especial, e dá outras providências”.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA DE GUABIRABA**, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no art. 166, §§ 9º, 11 e 12, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Emenda Constitucional nº 105, de 12 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os procedimentos administrativos referentes às emendas parlamentares individuais de execução impositiva,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta os procedimentos relativos ao **recebimento, execução, acompanhamento, controle, transparência e prestação de contas** das emendas parlamentares individuais de execução impositiva destinadas ao Município de Barra de Guabiraba, inclusive aquelas recebidas na modalidade de **transferência especial**.

Art. 2º Para fins deste Decreto, consideram-se:

I – **Emendas parlamentares individuais impositivas**: aquelas previstas no art. 166 da Constituição Federal;

II – **Transferência especial**: repasse direto de recursos financeiros ao Município, sem necessidade de convênio ou instrumento congênere, conforme Emenda Constitucional nº 105/2019;

III – **Órgão executor**: unidade administrativa responsável pela execução da despesa decorrente da emenda.





IV – Relatório de gestão: documento contendo informações detalhadas sobre a execução orçamentária, financeira e física dos recursos recebidos.

CAPÍTULO II

DO RECEBIMENTO E DA EXECUÇÃO

Art. 3º O recebimento das emendas parlamentares observará:

I – A compatibilidade com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual;

II – A classificação orçamentária adequada;

III – O registro contábil conforme as normas da contabilidade pública.

Art. 4º As emendas recebidas na modalidade de **transferência especial** deverão ser utilizadas exclusivamente para:

I – Despesas de capital, seguindo a proporção delimitada no §5ª do art. 166-A da Constituição Federal; ou

II – Despesas correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social, vedada a aplicação para pagamento de pessoal e encargos sociais.

Parágrafo único – As emendas recebidas na modalidade do *caput* serão aplicadas em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo Municipal, consoante determina inciso III do § 2º do art. 166-A da Constituição.

Art. 5º A execução dos recursos oriundos das emendas parlamentares ficará a cargo do órgão ou entidade municipal responsável pela política pública a que se destinar a emenda, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 6º O Município registrará a receita decorrente de transferência especial conforme classificação definida pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, para fins de consolidação das contas públicas.

CAPÍTULO III

DO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

Art. 7º Compete à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e/ou Finanças:

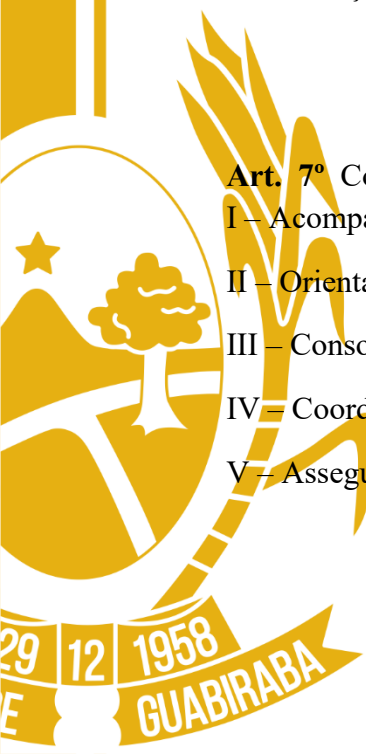
I – Acompanhar a execução financeira das emendas;

II – Orientar os órgãos executores quanto aos procedimentos administrativos;

III – Consolidar as informações para fins de prestação de contas;

IV – Coordenar a elaboração dos relatórios de gestão;

V – Assegurar o cumprimento das obrigações de transparência estabelecidas neste Decreto.





CAPÍTULO IV

DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Art. 8º O Município elaborará relatório de gestão das transferências especiais, que será divulgado em seu site oficial, contendo informações e documentos relacionados aos recursos recebidos.

§ 1º O relatório de gestão referido no *caput* deverá ser divulgado até o dia 30 de junho do ano subsequente ao recebimento dos recursos, devendo ser atualizado, anualmente, a cada dia 30 de junho, até o final da execução do objeto da aplicação dos recursos, quando será inserido o relatório de gestão final.

§ 2º O relatório de gestão deverá conter o detalhamento do objeto, assim como detalhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos recebidos, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto nos incisos I e II do § 1º, no inciso III do § 2º e no § 5º, todos do art. 166-A da Constituição Federal, e será acompanhado das seguintes informações e documentos:

I – Documentação relacionada aos procedimentos administrativos vinculados às contratações do objeto, de modo a evidenciar a correção e legalidade dos procedimentos;

II – Contratos celebrados, notas de empenho, notas fiscais, recibos, ordens bancárias, extratos da conta corrente de movimentação dos recursos e termos de recebimento de obras, fornecimento e serviços;

IV – Declaração expressa, assinada pelo responsável do órgão ou entidade pública encarregada da execução do objeto, de que cumpriu as condicionantes estabelecidas nos incisos I e II do § 1º, no inciso III do § 2º e no § 5º, todos do art. 166-A da Constituição Federal.

§ 3º Os documentos relacionados à execução das transferências especiais deverão ser guardados pelo Município pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de encerramento do objeto.

§ 4º O relatório de gestão deverá identificar:

I – A emenda parlamentar e o parlamentar autor;

II – O valor total recebido e os valores executados;

III – O objeto detalhado da aplicação dos recursos;

IV – O cronograma de execução física e financeira;

V – O órgão ou entidade responsável pela execução.

CAPÍTULO V

DA TRANSPARÊNCIA

Art. 9º O Município deverá assegurar a transparência das informações relativas às emendas parlamentares, mediante divulgação em portal oficial de internet, contendo, no mínimo:

I – Valor recebido;

II – Objeto da emenda;





III – Situação da execução;

IV – Órgão responsável;

V – Relatório de gestão, nos termos do art. 8º deste Decreto;

Parágrafo único. As informações deverão ser disponibilizadas de forma clara, acessível e em formato que permita o controle social.

CAPÍTULO VI

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 10. A prestação de contas das emendas parlamentares será realizada nos prazos e condições estabelecidos pela legislação aplicável e pelos órgãos de controle, devendo conter, no mínimo:

I – Identificação da emenda e do parlamentar autor;

II – Demonstrativo da execução física e financeira;

III – Documentos comprobatórios da aplicação dos recursos, conforme especificados no § 2º do art. 8º deste Decreto;

IV – Relatório de gestão;

V – Declaração de conformidade com os requisitos constitucionais e legais aplicáveis.

Parágrafo único. A prestação de contas deverá demonstrar o cumprimento integral das condicionantes estabelecidas no art. 166-A da Constituição Federal.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Os recursos recebidos e não executados no exercício financeiro deverão obedecer às normas vigentes quanto à reprogramação ou devolução, quando for o caso.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal competente, observada a legislação vigente.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra de Guabiraba/PE, 04 de fevereiro de 2026.

Diogo Carlos de Lima Silva
Prefeito

